ISSN: 2358-8829

MICROFÍSICAS DE GÊNERO: CARTOGRAFANDO PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NOS COTIDIANOS DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Lívia Torres Mendes[1]
Dagmar de Mello e Silva[2]

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce de inquietações que não se deixam apreender por objetos previamente estabilizados, nem se acomodam a percursos metodológicos antecipados. Elas emergem no próprio encontro com o campo, convocando um modo de investigar atento e preocupado em acompanhar cada movimento, variações e forças imprevisíveis.

Se orienta por uma abordagem cartográfica, entendida não como um método aplicado a um objeto previamente definido, mas como um modo de acompanhar processos que se produzem no encontro com os cotidianos escolares. A cartografia, tal como pensada por Deleuze, Guattari e desenvolvida por Rolnik, implica atenção às forças que atravessam os espaços, às afetações que emergem das relações e às microviolências que, muitas vezes, se apresentam de forma sutil, naturalizadas ou disfarçadas de normalidade. Mais do que identificar fatos isolados, interessa acompanhar como essas microviolências se atualizam nas palavras, nos silêncios, nos gestos, nas disputas por espaço e nas práticas pedagógicas, bem como os modos de resistência que também se insinuam nos cotidianos.

Assim, atravessada por afetos, relações de poder, disputas de sentido e processos de subjetivação -, esta investigação não se orienta pela descrição de uma realidade supostamente estável, mas pelo acompanhamento de fluxos, tensões e emergências que se produzem no entre das práticas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que recusa a lógica

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail:liviatm@id.uff.br

[2] Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Faculdade de Educação. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão - Doutorado (PGCTIn) e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (PPGE/UFF). E-mail: dag.mello.silva@gmail.com

da captura e da fixação, apostando em uma atenção sensível às instabilidades e às forças que atravessam os cotidianos escolares.

Como professora, mulher e pesquisadora, meu corpo é atravessado por normas de gênero, expectativas sociais e relações de poder que estruturam os cotidianos escolares. Esses atravessamentos incidem diretamente sobre aquilo que vejo, escuto e sinto, orientando minha atenção para as microviolências, os silenciamentos e as disputas por reconhecimento que atravessam as experiências das meninas na escola. Essa implicação constitui o próprio rigor da cartografia, ao tornar visíveis os efeitos ético-políticos de uma produção de conhecimento que é situada.

A partir da filosofia de Michel Foucault, e conforme a leitura proposta por Gilles Deleuze, a escola pode ser pensada como um dispositivo multilinear, composto por diferentes linhas - de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação - que emergem de origens diversas e não se organizam de forma homogênea ou estável. Essas linhas não delimitam um campo fixo, mas seguem direções múltiplas, produzem tensões, rupturas e desequilíbrios, compondo um campo dinâmico de relações de poder e saber (Deleuze, 1996).

Nesse sentido, “desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas; é o que Foucault chama de ‘trabalho de terreno’” (Deleuze, 1996, p. 1). Assim, cartografar na escola implica acompanhar esses emaranhados de linhas em movimento, atentando para os modos como discursos, práticas e normas se articulam e produzem efeitos nos cotidianos escolares.

As desigualdades de gênero foram historicamente naturalizadas e, ainda hoje, seguem operando nos processos de subjetivação que mantêm essas desigualdades nos cotidianos escolares, por meio de práticas, discursos e gestos frequentemente percebidos como banais ou neutros. Longe de se manifestarem apenas em grandes eventos ou conflitos explícitos, essas desigualdades infiltram-se nas palavras, nos silêncios, nos gestos e nas práticas pedagógicas, compondo aquilo que aqui se compreende como microviolências de gênero.

Compreender essa distinção entre sexo e gênero é fundamental para desnaturalizar as expectativas e normas que atravessam a vida social e se atualizam, entre outros espaços, no cotidiano escolar. Ao serem tomadas como “naturais”, determinadas atribuições deixam de ser questionadas e passam a regular silenciosamente condutas, afetos e lugares sociais. Isto porque se a capacidade de gestar está relacionada à

ISSN: 2358-8829

características biológicas, as expectativas de cuidado, maternidade e abnegação são socialmente produzidas. Como afirma Lerner (2019), o fato das mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo, mas o cuidado com eles é decorrente do gênero.

Nessa mesma direção, Pierre Bourdieu (2002) argumenta que a própria definição social dos corpos e de seus atributos não é neutra: ela resulta de escolhas históricas que enfatizam determinadas diferenças enquanto silenciam outras. Trata-se, portanto, de um processo de construção simbólica que naturaliza relações de poder.

É nesse entrelaçamento entre naturalização e construção social que este trabalho se insere. Ao cartografar as microviolências de gênero no contexto escolar, busca-se evidenciar não apenas os mecanismos sutis de reprodução das desigualdades, mas também os modos de resistência que emergem nos cotidianos - especialmente aqueles que, mesmo frágeis ou quase imperceptíveis, insistem em deslocar normas e reconfigurar possibilidades de existência.

É nesse movimento de problematização que o próprio termo “gênero” ganha relevância. Conforme destaca Guacira Lopes Louro (2003), sua disseminação no campo feminista se deu justamente como uma estratégia de recusa ao determinismo biológico implícito em noções como sexo e diferença sexual, enfatizando o caráter social das distinções. Nesse sentido, mais do que uma categoria analítica, o conceito de gênero constitui também uma ferramenta política, na medida em que permite questionar e tensionar desigualdades historicamente naturalizadas.

A divisão da humanidade em dois polos - masculino e feminino - foi historicamente construída de modo tão eficaz que passou a ser percebida como natural e incontestável. Como argumenta Pierre Bourdieu (2002), a ordem social se organiza a partir de oposições que não são neutras, mas hierarquizadas: ao masculino associam-se valores como o público, o extraordinário e o universal, enquanto ao feminino são atribuídas as esferas do privado, do cotidiano e do invisibilizado.

O dispositivo da sexualidade não se restringe à esfera privada, mas atravessa e organiza a vida social como um todo, incidindo diretamente, inclusive, sobre a economia. Como analisa Michel Foucault (2014), o controle dos corpos está intrinsecamente ligado à manutenção de normas morais, valores religiosos e às próprias engrenagens de uma estrutura capitalista que sustenta e reproduz relações de poder.

O controle sobre os corpos femininos, contudo, não se constituiu de maneira única ou homogênea ao longo da história. Seus mecanismos assumiram diferentes formas

conforme os contextos sociais, econômicos e culturais, sendo atravessados por marcadores como classe, raça e outras dimensões interseccionais. Como analisa Silvia Federici (2017), as formas de dominação patriarcal articulam-se às necessidades de organização do trabalho, da família e da reprodução social em cada período histórico.

Pierre Bourdieu (2002) argumenta que as relações de dominação se sustentam pela incorporação cotidiana de esquemas simbólicos que fazem determinadas hierarquias parecerem naturais, legítimas e inevitáveis. Nesse processo, homens e mulheres passam a interpretar o mundo a partir de categorias historicamente produzidas pelo próprio sistema patriarcal, internalizando expectativas, normas e papéis sociais.

É precisamente nesse ponto que o conceito de violência simbólica, formulado por Bourdieu (2002), torna-se central. Para o autor, trata-se de uma forma de poder que opera de maneira sutil e frequentemente invisível, fazendo com que relações historicamente construídas sejam percebidas como naturais. Diferentemente da violência direta, ela atua de forma sutil e muitas vezes invisível, produzindo consentimentos, naturalizações e silenciamentos. As mulheres, inseridas desde cedo em processos de socialização marcados por normas de gênero, podem acabar incorporando expectativas de submissão, cuidado e abnegação como se fossem expressões espontâneas de sua própria natureza. Nas relações de gênero, essa violência se manifesta, por exemplo, na naturalização da associação entre feminilidade e cuidado, maternidade e sacrifício. Crenças como a existência de um “instinto materno” universal ocultam o caráter histórico e social dessas atribuições, contribuindo para a invisibilização do trabalho doméstico e do cuidado, frequentemente tratados como obrigações femininas e não como trabalho socialmente produzido.

Entre as disputas históricas travadas pelos movimentos feministas, o acesso à educação ocupou um lugar central, uma vez que a exclusão das mulheres dos espaços de produção do conhecimento constituiu, durante séculos, um importante mecanismo de manutenção das hierarquias sociais. A entrada das mulheres na escola e, posteriormente, na universidade, não representou apenas a conquista de um direito formal, mas também a possibilidade de tensionar estruturas que historicamente as silenciaram e invisibilizaram. Nesse sentido, a escola passa a ocupar um lugar estratégico: ao mesmo tempo em que pode operar como espaço de emancipação e ampliação de direitos, também atua na reprodução de normas, valores e desigualdades socialmente construídas.

É nesse contexto que a instituição escolar deve ser compreendida não como um espaço neutro ou naturalmente democrático, mas como um território atravessado por relações de poder. Desde sua constituição no Ocidente, a escola organizou-se a partir de classificações e separações que distinguiam adultos e crianças, católicos e protestantes, ricos e pobres e, também, meninas e meninos (Louro, 2003). As desigualdades de gênero, portanto, não apenas atravessam o espaço escolar, mas são continuamente produzidas, reguladas e reiteradas em seu interior, por meio de normas, práticas pedagógicas, discursos e expectativas que atuam sobre os corpos e subjetividades.

Nesse sentido, a escola não pode ser compreendida como um espaço neutro, uma vez que contribui para a naturalização de hierarquias de gênero e para a manutenção de um modelo patriarcal que favorece a dominação masculina (Bourdieu, 2002).

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela necessidade de tornar visíveis as formas sutis pelas quais desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas no interior da escola, muitas vezes de maneira silenciosa e pouco problematizada. Ao acompanhar enunciações, visualidades e narrativas nos cotidianos escolares, busca-se não apenas identificar a presença de microviolências, mas compreender como elas se articulam a estruturas históricas e simbólicas mais amplas.

Não existe um único cotidiano escolar, mas cotidianos distintos que se constituem a partir das posições ocupadas pelos sujeitos nas relações sociais. As vivências de uma menina negra periférica, por exemplo, não são as mesmas de uma menina branca de classe média, ainda que ambas frequentem a mesma instituição. Do mesmo modo, crianças dissidentes das normas de gênero experienciam a escola de formas específicas, frequentemente marcadas por silenciamentos, vigilâncias e exclusões, mas também por invenções de si e práticas de resistência.

Pluralizar os cotidianos, portanto, implica reconhecer a multiplicidade das experiências e compreender que aquilo que é tomado como comum ou natural muitas vezes corresponde apenas às perspectivas de grupos historicamente privilegiados. Ao adotar essa compreensão, torna-se possível olhar para a escola não como um espaço uniforme, mas como um território de disputas, negociações e microresistências produzidas nas tramas da vida cotidiana.

Partindo dessas considerações teórico/metodológicas foram elaborados encontros/oficinas para operar como dispositivos clínico-políticos no intuito de que nesses espaços/tempos deslocamentos subjetivos pudessem acontecer, tanto nas docentes

quanto na pesquisadora. Importante dizer que esses encontros não visavam à produção de consenso, mas à intensificação da experiência, acompanhando os processos autoformativos que emergem no próprio percurso da pesquisa. Assim, os encontros/oficinas tornam-se não apenas estratégias metodológicas, mas planos de produção de subjetividade, coerentes com a ética cartográfica e com a proposta de acompanhar processos, e não representar realidades.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva cartográfica, a partir das contribuições de Deleuze e Guattari e dos estudos de Kastrup, Passos e Rolnik. A cartografia é compreendida não como um método voltado à confirmação de hipóteses ou à busca por resultados previamente estabelecidos, mas como uma possibilidade de acompanhar processos, movimentos e produções de subjetividades. Nessa perspectiva, a investigação foi desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental, buscando acompanhar as relações, os discursos, os gestos e as práticas cotidianas que atravessam as construções de gênero no espaço escolar.

O percurso metodológico foi constituído por meio de encontros e conversas com docentes, observações do cotidiano escolar e realização de oficinas temáticas, nas quais foram problematizadas as microviolências de gênero presentes nas relações e práticas educativas. Os encontros foram registrados e posteriormente retomados como elementos de análise, considerando tanto as manifestações verbais quanto os silêncios, as tensões e os sentidos produzidos nas relações entre os sujeitos. Assim, a pesquisa buscou cartografar as práticas que (re)produzem e tensionam determinadas normas de gênero na escola, compreendendo o campo investigado como um território dinâmico, atravessado por disputas, resistências e possibilidades de transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo ativar a memória formativa dos/as docentes, não como relato cronológico, mas como um exercício de mapeamento das forças que os/as constituíram.

Parte-se da pergunta disparadora: “Quais discursos sobre gênero atravessaram a minha formação escolar e docente, mesmo quando nunca foram nomeados?”

As participantes foram convidadas a construir pequenos mapas narrativos (escritos, falados ou desenhados) de situações vividas na escola - enquanto estudantes ou professores/as - que envolvam expectativas de gênero, diferenciações de comportamento, punições, elogios ou silenciamentos. O foco não está na análise moral dessas experiências, mas em perceber como elas continuam operando nos gestos atuais.

Os assuntos relacionados a discriminação de gênero surgiram, mas até aflorarem pensamentos relacionados à própria realidade, levou um tempo. Pois pareceu mais fácil associar essas situações às questões familiares mais antigas. Não diretamente às próprias atitudes e comportamentos. Como se fosse algo do passado, que já não acontecesse mais na atualidade.

Como impulsionador na primeira oficina, diferentes fotos, figuras e imagens foram levadas para que novos pensamentos, lembranças e ideias surgissem. A ideia de construir um mapa das trajetórias formativas gerou muita conversa e novos tópicos foram aflorando enquanto observavam as imagens.

Muito interessante ver a forma como mulheres e meninas são colocadas em lugares específicos, rotuladas, como se não pudessem desviar da norma. Uma pessoa fala que nunca foi uma menina por nunca ter se encaixado nos padrões sociais ditos como femininos. Nesse caso, brinquedos de tarefas domésticas. Uma criança que não gosta desses brinquedos não é uma menina? Ou um menino que gosta de brincar de casinha, não deve ser considerado um menino? Uma simples fala, que vivenciamos inúmeras vezes nos nossos cotidianos, quando analisada com mais profundidade, pode nos levar à uma reflexão de grande importância para desnaturalizar estereótipos e papéis de gênero. O que é ser mulher? Se o gênero fosse natural dos seres humanos, como explicaríamos essas situações de transgressão às normas?

Fotos fizeram aflorar lembranças e dores. Muitos comentários pessoais, relacionados às lembranças de infância marcantes onde conseguimos notar como trajetórias individuais formaram a percepção de gênero que possuem atualmente.

ISSN: 2358-8829



Figura 1 - Construção do Mapa das Trajetórias Formativas
Fonte: Acervo da autora (2026)

Um aspecto que chamou a atenção durante os encontros foi a dificuldade inicial de relacionar as experiências de discriminação de gênero às práticas cotidianas atuais. As lembranças compartilhadas apareciam, em um primeiro momento, associadas à infância, às relações familiares e a contextos sociais anteriores, como se determinadas formas de desigualdade estivessem circunscritas ao passado. Entretanto, à medida que as conversas avançavam, tornou-se possível perceber que alguns desses discursos permaneciam presentes, ainda que sob outras formas e, muitas vezes, sem serem reconhecidos como práticas de diferenciação de gênero.

Esse movimento permite problematizar como determinadas normas são incorporadas e reproduzidas nas relações sociais, não necessariamente por meio de ações intencionais ou explicitamente discriminatórias, mas também através de gestos, expectativas e discursos naturalizados. No contexto escolar, essa percepção ganha relevância, uma vez que professoras e professores também participam da produção dos sentidos atribuídos ao feminino e ao masculino.

Falas anônimas produzidas no encontro anterior foram retomadas e apresentadas às participantes como parte da construção do Mapa das Trajetórias Formativas. O reconhecimento das próprias narrativas provocou entusiasmo, risos e trocas entre as

docentes, fazendo com que os relatos inicialmente individuais passassem a circular coletivamente. Esse acontecimento deslocou a dinâmica inicialmente planejada, pois as participantes começaram a estabelecer novas relações entre as experiências compartilhadas.

A situação também provocou um deslocamento na posição da pesquisadora. Diante da intensidade das interações, mostrou-se necessário permitir que as conversas fluíssem de forma espontânea e não conduzir rigidamente o percurso da atividade, mas acompanhar os movimentos que se produziam naquele encontro. Essa experiência reafirma uma dimensão importante da cartografia: não se trata de controlar os acontecimentos ou antecipar seus resultados, mas de acompanhar as forças, os afetos e as relações que emergem no próprio processo investigativo.

Nesse percurso foi possível perceber que, além de reunir informações e dados extremamente ricos para a pesquisa, também foi possível afetar positivamente as participantes, o que conferiu outro sentido à experiência. As falas compartilhadas ao final do encontro evidenciaram que a pesquisa não se limitou à produção de conhecimento acadêmico, mas também abriu espaço para a escuta, o acolhimento e a reflexão sobre experiências que, muitas vezes, permanecem naturalizadas ou pouco discutidas. Assim, esse momento reafirmou a potência dos encontros e a compreensão de que pesquisar também implica deixar-se afetar pelo percurso, reconhecendo que os efeitos da pesquisa não se restringem àquilo que a pesquisadora pretende investigar, mas se produzem nas relações construídas ao longo do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho permitem compreender que os cotidianos escolares são atravessados por diferentes relações de poder, nas quais os discursos e as práticas de gênero participam da produção de subjetividades. Nesse sentido, olhar para a escola a partir da pluralidade de experiências significa reconhecer que as normas de gênero não se manifestam apenas em situações explícitas de discriminação, mas também em gestos, falas, expectativas e comportamentos frequentemente naturalizados nas relações cotidianas.

Os encontros realizados com as docentes evidenciaram a importância de criar espaços de escuta e reflexão sobre as trajetórias formativas e os discursos que atravessam suas práticas pedagógicas. As lembranças compartilhadas, as imagens mobilizadas e as

discussões que emergiram possibilitaram revisitar experiências da infância e da formação profissional, colocando em questão concepções sobre o feminino, o masculino e os lugares socialmente atribuídos a meninas e meninos. Nesse processo, foi possível perceber que reconhecer a permanência de determinados discursos exige também olhar para as próprias atitudes e para os modos como participamos da reprodução ou do tensionamento dessas normas.

A experiência reafirma a potência da cartografia como perspectiva teórico-metodológica, uma vez que os encontros não se limitaram à identificação de situações ou à produção de informações, mas constituíram espaços de afetação, reflexão e deslocamento. Pesquisar, nesse contexto, significou acompanhar processos, acolher os imprevistos e reconhecer que a pesquisadora também se transforma nos encontros que estabelece.

Por fim, compreende-se que problematizar as relações de gênero na escola não significa buscar respostas definitivas ou estabelecer novos modelos de comportamento, mas ampliar as possibilidades de existência, reconhecendo as diferenças e questionando aquilo que historicamente foi apresentado como natural. Mais do que concluir um percurso, este trabalho aponta para a necessidade de manter abertas as discussões sobre as microviolências cotidianas e seus efeitos na produção das subjetividades, apostando em práticas pedagógicas capazes de produzir outros modos de relação, convivência e existência no espaço escolar.

Palavras-chave: Cotidianos Escolares; Gênero; Cartografia; Produção de Subjetividades; Microviolências.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019. 400 p. ISBN 978-8531615344.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Editora Sulina, 2009.